

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS
CAMPUS ARAGUATINS
CURSO SUPERIOR LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

LUANA KAREN RAMOS FERREIRA

**Percepção dos estudantes a respeito do processo de implementação do novo
ensino médio no Colégio Estadual Atanásio de Moura Seixas, localizado na
zona rural em Araguatins-TO**

**ARAGUATINS-TO
2025**

LUANA KAREN RAMOS FERREIRA

Percepção dos estudantes a respeito do processo de implementação do novo ensino médio no Colégio Estadual Atanásio de Moura Seixas, localizado na zona rural em Araguatins-TO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do *Campus* Araguatins do Instituto Federal do Tocantins, como exigência à obtenção do título de Licenciada em Ciências Biológicas.

Orientadora: Dra. Kênya Maria Vieira Lopes
Coorientador: Me. Jorlan Lima Oliveira

**ARAGUATINS-TO
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

- F383p Ferreira, Luana Karen Ramos
 Percepção dos estudantes a respeito do processo de
 implementação do novo ensino médio no Colégio Estadual Atanásio
 de Moura Seixas, localizado na zona rural em Araguatins-TO / Luana
 Karen Ramos Ferreira. – Araguatins, TO, 2025.
 40 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências
 Biológicas) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
 Tocantins, Campus Araguatins, Araguatins, TO, 2025.
- Orientadora: Dra. Kênya Maria Vieira Lopes
 Coorientador: Me. Jorlan Lima Oliveira
1. Novo Ensino Médio. 2. Políticas Públicas Educacionais. 3.
 Ensino Rural.. I. Lopes, Kênya Maria Vieira. II. Oliveira, Jorlan Lima.
 III. Título.

CDD 570

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Araguaína

ANEXO XIII

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES A RESPEITO DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO NO COLÉGIO ESTADUAL ATANÁZIO DE MOURA SEIXAS, LOCALIZADO NA ZONA RURAL EM ARAGUATINS-TO

AUTOR (A): **Luana Karen Ramos Ferreira**
ORIENTADOR (A): **Kênya Maria Vieira Lopes**
COORDENADOR (A): **Jorlan Lima Oliveira**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, *Campus Araguaína*, como parte das exigências para a conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

Aprovado em 22 de novembro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Kenya Maria Vieira Lopes, Servidora**, em 22/11/2024, às 20:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Katia Paulino de Sousa, Servidora**, em 22/11/2024, às 20:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edilainne Rodrigues da Silva Santos, Usuário Externo**, em 25/11/2024, às 06:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JORLAN LIMA OLIVEIRA, Usuário Externo**, em 04/04/2025, às 22:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus pela existência, pela saúde e sabedoria, por ter me concedido a oportunidade de poder cursar uma área que sempre foi minha intenção.

Agradeço a Deus também por me abençoar com a dádiva de ser mãe, um misto de sentimentos que não consigo descrever em palavras, a maior benção da minha vida tem nome, chama-se Melinda Ramos Laurindo, sendo minha maior influência para sempre procurar evolução em todos os aspectos da vida.

Sou grata a minha família que sempre foi meu pilar como fortaleza na vida, obrigada ao meu namorado Kayque, meu pai Iris, meus irmãos Letícia e Luan, minha vó Fátima, tios, entre outros. Tenho mulheres fortes e incríveis que sempre foram minha inspiração, como melhor maior exemplo, tenho a Marinez, minha mãe, avó da Melinda, uma pedagoga que atua com amor a profissão que já se reinventou muitas vezes durante a vida, mas nunca desistiu, obrigada por sempre me ajudar.

Também agradeço aos meus amigos que desde o começo do curso me fortaleceram para não desistir da minha graduação, destacando as minhas amigas Mariele, Elaine e Renatta, obrigada por me ajudar a conclusão de algo importante na minha vida.

Deixo um agradecimento mais que especial ao meu orientador inicial dessa pesquisa, professor Jorlan Lima Oliveira, obrigada pela motivação, contribuições dadas ao decorrer do processo de desenvolvimento do trabalho e por ser incentivador para a temática escolhida.

Obrigada professora Kênya Maria Vieira Lopes por aceitar e fazer colaborações de relevante importância na elaboração do meu TCC II.

Gratidão ao IFTO - *Campus* Araguatins por ser minha casa de formação acadêmica desde 2016, muitos conhecimentos e vivências que foram fundamentais para a construção do meu profissionalismo.

RESUMO

A Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu mudanças significativas na estrutura do ensino médio, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola, de 800 horas para 1.000 horas anuais até 2022 e definiu uma nova organização curricular mais flexível, contemplando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, por meio dos itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. A mudança teve como objetivos garantir a oferta de educação de qualidade à todos os jovens brasileiros e de aproximar as escolas à realidade dos estudantes, considerando as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade. Deste modo, este estudo buscou analisar a percepção dos alunos sobre o processo de implementação do novo ensino médio no Colégio Estadual Atanazio de Moura Seixas, localizado na zona rural de Araguatins-TO. Quanto ao delineamento metodológico, a pesquisa classifica-se como de abordagem qualitativa, a respeito dos objetivos, tratou-se de um estudo com aspecto descritivo e exploratório, que utilizou de levantamento bibliográfico, documental e para levantamento dos dados foi aplicado um questionário via *google forms* para os estudantes, com finalidade de fundamentar as análises que forma elaboradas com base nos objetivos propostos. Os resultados revelaram que, embora exista um nível razoável de conhecimento sobre as "Trilhas de Aprofundamento" e "Eletivas", a maioria dos participantes possui um entendimento limitado sobre os "Itinerários Formativos" e a Reforma do Ensino Médio. Além disso, observou-se um desconforto em tratar questões pessoais na Unidade Curricular "Projeto de Vida", com alguns estudantes indicando dificuldades em expor planos e emoções. Sugestões de melhorias foram levantadas, como a inclusão de mais aulas práticas e temas atuais, visando aumentar o engajamento e a relevância das Unidades Curriculares para os estudantes.

Palavras-Chaves: Novo Ensino Médio, Políticas Públicas Educacionais, Ensino Rural.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

Law No. 13,415/2017 amended the Law of Guidelines and Bases for National Education, introducing significant changes to the structure of high school education. These changes increased the minimum annual time students are required to spend at school from 800 hours to 1,000 hours by 2022. Additionally, it defined a more flexible curriculum organization that includes the Common National Curriculum Base (BNCC) and offers students various choices through "itinerários formativos" (educational pathways) focused on knowledge areas, as well as technical and professional training. The reform aims to ensure quality education for all young Brazilians and to align schools more closely with students' realities, considering the new demands and complexities of the workforce and social life. Thus, this study aims to analyze students' perceptions regarding the implementation process of the new high school curriculum at Colégio Estadual Atanazio de Moura Seixas, located in the rural area of Araguatins, TO. Methodologically, this study follows a qualitative approach and is characterized as descriptive and exploratory. A literature and document review was conducted, and data collection was performed through a Google Forms questionnaire applied to students to support the analysis according to the proposed objectives. The results revealed that, although there is a reasonable level of knowledge about "Trilhas de Aprofundamento" (Advanced Tracks) and "Eletivas" (Electives), most participants have limited understanding of the "Itinerários Formativos" and the High School Reform as a whole. Additionally, there was discomfort in addressing personal issues in the "Projeto de Vida" (Life Project) curriculum component, with some students indicating difficulties in expressing plans and emotions. Suggestions for improvements were raised, including the incorporation of more practical classes and current topics to enhance student engagement and the relevance of the curricular components.

Keywords: New High School Curriculum, Educational Public Policies, Rural Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1** – Respostas à pergunta “Sobre a Unidade Curricular Projeto de Vida, quais as maiores dificuldades que você enfrenta em sala de aula?” **26**
- Figura 2** – Se pudesse sugerir ou propor para a escola a melhor forma de trabalhar as Unidades Curriculares: Eletivas, Trilhas de Aprofundamento e Projeto de Vida, o que diria ? **29**
- Gráfico 1** – Você considera que os professores trabalham as aulas de forma que as torna interessantes e atrativas? **27**
- Gráfico 2** – No seu ponto de vista, a escola consegue trabalhar com qualidade as Unidades Curriculares: Eletivas, Trilhas de Aprofundamento e Projeto de Vida? **28**
- Gráfico 3** – No seu ponto de vista, o Diretor e Coordenadores Pedagógicos da escola apoiam no desenvolvimento das atividades desenvolvidas pelos professores e professoras? **28**

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	–	Dados sociodemográficos dos estudantes participantes	22
Tabela 2	–	Conhecimento dos estudantes participantes a respeito da nova reforma do ensino médio, itinerários formativos, trilhas de aprofundamento e eletivas respectivamente	23

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1 As reformas na educação básica no Brasil a partir dos anos 90	12
2.2 Novo ensino médio: características e especificidades	13
2.3 Novo ensino médio e os desafios no Tocantins	16
2.3.1 Documento Orientador Ensino Médio do Tocantins: Itinerários formativos e sua implementação na rede estadual	17
3 METODOLOGIA	20
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	22
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS.....	32
APÊNDICE A — QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ESTUDANTES	36
APÊNDICE B — TALE E TCLE.....	38

1 INTRODUÇÃO

A implementação do Novo Ensino Médio começou em 2019, focando na formação geral e áreas específicas para os estudantes. O objetivo foi preparar os alunos para o mercado de trabalho, reformando o sistema educacional. No entanto, essa transição gera desafios para escolas, professores, alunos e pais, especialmente em áreas rurais que se envolvem com problemas na infraestrutura, materiais didáticos e currículos que atendam às suas necessidades.

Com a implementação do novo ensino médio foram gerados efeitos positivos e negativos entre alunos e professores, pois essa reforma possuiu como objetivo principal, engajar os estudantes para se tornarem protagonistas no processo de construção do próprio conhecimento em momentos específicos definidos no novo currículo, a exemplo da parte diversificada do currículo. Com essa mudança no processo educativo, as escolas requerem adaptação, deixando de lado o foco exclusivo no acúmulo de conteúdo (Piffero *et al.*, 2020).

Diante disso, tais mudanças implementadas propõem uma parte flexível do currículo na qual permitirá aos estudantes adquirirem conhecimentos em uma ou mais áreas de seu interesse, contudo, essa proposta enfrenta muitas dúvidas nos alunos e nos educadores, mesmo que, de certa forma, está conectada e contemplada com a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Süssekind, 2019).

De acordo com a BNCC, na etapa da Base Nacional do Ensino Médio (BNCC-EM) e Conselho Nacional de Educação pela Resolução CNE/CP nº 2/2017, que “institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica” (Brasil, 2018, p. 01).

Além disso, a BNCC tem como propósito fornecer diretrizes fundamentais para a (re)elaboração dos currículos das escolas, tanto públicas quanto privadas, em todo o território brasileiro. Essa base abrange os conhecimentos essenciais, as competências, habilidades e aprendizagens almejadas para crianças e jovens em cada etapa da educação básica. A sua implementação busca impulsionar a qualidade do ensino no país por meio de uma referência comum obrigatória para todas as instituições de ensino. A BNCC é um instrumento fundamental para garantir uma

educação mais equitativa e de excelência, proporcionando uma formação consistente e coerente para todos os estudantes (Brasil, 2018).

Diante desse pressuposto, afirma-se que os conteúdos complementares para essa nova estratégia educativa estão adaptados de acordo com a BNCC do Ensino Médio, que também visa a construção de um currículo baseado na educação integral e com o desenvolvimento pleno do estudante.

Porém, esse processo é complexo e demanda tempo de adaptação para as escolas, principalmente às escolas em municípios com poucos habitantes e que estão localizadas nas zonas rurais, pois, além da dificuldade de infraestrutura, possivelmente existirão complexidades que envolvem a adaptação dos itinerários formativos para a realidade cultural e econômica das localidades em nível estadual.

Os Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) foram refeitos para a implantação do NEM (Novo Ensino Médio). O NEM é uma reforma educacional que busca atualizar e modernizar o currículo do ensino médio no Brasil, tornando-o mais flexível e alinhado às necessidades e demandas contemporâneas dos estudantes (Araujo; Silva, 2022).

Diante do exposto, e visando entender essa dinâmica no âmbito do município de Araguatins, essa pesquisa se propõe a analisar a percepção dos alunos sobre o processo de implementação do Novo Ensino Médio no Colégio Estadual Atanazio de Moura Seixas, localizado na zona rural de Araguatins-TO. Ademais, no primeiro momento, foi necessário pesquisar sobre as bases teóricas e normativas legais que regulamentam os processos de implementação do Novo Ensino Médio e descrever a percepção dos estudantes quanto às mudanças curriculares e pedagógicas ocorridas na escola por meio de questionários e entrevistas semiestruturadas.

Quanto aos aspectos metodológicos, a pesquisa apresentou cunho qualitativo, de aspecto descritivo e exploratório, baseado em levantamento bibliográfico e documental, com propósito de embasar as análises elaboradas com base nos objetivos propostos.

Neste trabalho o leitor encontrará uma breve abordagem sobre a fundamentação teórica sobre “As reformas na educação básica no Brasil a partir dos anos 90”; as características e especificidades do “Novo Ensino Médio”, bem como os desafios dele no Tocantins, seguida da “Metodologia”; “Resultados e discussão”; “Considerações finais” e “Referências”.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 As reformas na educação básica no Brasil a partir dos anos 90

A Reforma do Estado Brasileiro se inicia nos anos de 1990, influenciando a forma das políticas sociais a partir da adoção de critérios de gestão empresarial, privatização e parcerias público-privada (Tosta *et al.*, 2020). De acordo com tais reformas, destaca-se a da rede educacional, sendo assim, é preciso compreender que:

Os anos de 1990 do século XX e os anos iniciais deste século, o Brasil vêm sendo palco de um conjunto de reformas na educação escolar que buscam adaptar a escola aos objetivos econômicos e político-ideológicos do projeto da burguesia mundial para a periferia do capitalismo nesta nova etapa do capitalismo monopolista (Neves, 2004, p. 01).

Contudo, foram gerados impactos pela globalização e pela reestruturação produtiva. Neves (2004, p.1) diz que, as reformas idealizadas nos anos 90 “buscam adaptar a escola aos objetivos econômicos e políticos-ideológicos do projeto da burguesia mundial para a periferia do capitalismo nesta nova etapa do capitalismo monopolista”.

Durante esse percurso de tempo, para implementação da reforma educacional na América Latina e especificamente no Brasil, apresentaram como principais fundamentos a descentralização, a autonomia escolar, a cogestão da comunidade (Azevedo, 2018). Essa reforma ainda contribuiu para o surgimento de diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil que reivindicavam mudanças no sistema educacional.

Com a intensificação da reforma neoliberal no Brasil, no governo de Fernando Henrique Cardoso, que se iniciou em 1995, a discussão da avaliação ganhou grande centralidade dentro do campo da educação. Essa avaliação serviu como apoio para a implementação da reforma, que tinha como objetivo compreender a consistência dos instrumentos utilizados, entretanto, ela só foi aplicada em 1990 durante o governo do Sarney, 1985-1990 (Tosta *et al.*, 2020, p. 9-10).

Essa avaliação foi estabelecida de forma obrigatória na aprendizagem em todas as etapas e modalidades de ensino. Assim, o sucesso das reformas depende de elementos como: sequência de mudanças; decisão sobre tratar-se de mudança legislativa ou administrativa; estratégias de comunicação adotadas; e negociação com atores com poder de veto, especialmente os sindicatos (Lotta *et al.*, 2021).

Na década de 1990, as reformas para o Ensino Médio foram realizadas através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei 9.394/96) e do Decreto nº 2.208/97 do Governo Federal, com a finalidade da superação da dualidade estrutural, no nível do discurso, ao remodelá-lo como um novo curso para preparar o aluno com formação geral e dar-lhe uma habilitação profissional através da formação complementar e optativa. No entanto, a formação geral e a habilitação profissional não se realizam de forma unitária, uma vez que podem ser feitas concomitante ou sequencial ao curso regular de Ensino Médio (Nascimento, 2007).

A dualidade educacional no sistema de ensino brasileiro é mais evidente no ensino médio, destaca-se:

A literatura sobre o dualismo na educação brasileira é vasta e concordante quanto ao fato de ser o ensino médio sua maior expressão neste nível de ensino se revela com mais evidência a contradição entre o capital e o trabalho, expressa no falso dilema de sua identidade: destina-se à formação propedêutica ou à preparação para o trabalho? (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005, p. 31).

Como se evidenciou, o ensino médio é o nível educacional que o aluno sofre maior pressão psicológica, pois, de um lado o mercado solicita um egresso preparado para atender a suas exigências. Contudo, o sistema de ensino não possui estrutura e não entrega o aluno pronto para nenhum dos dois, fato que torna importante se discutir sobre as bases do que se propõe o novo ensino médio.

2.2 Novo ensino médio: características e especificidades

Apesar das inúmeras reformas que o Ensino Médio perpassou historicamente no país, jamais algo tão desafiador havia sido decretado e sancionado, uma vez que a Lei Federal nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017 chegou em 2022, com muitos profissionais da educação sem o mínimo de conhecimento das mudanças significativas nessa etapa da educação básica (Santos *et al.*, 2022, p. 2). O Novo Ensino Médio é uma proposta de reformulação do currículo e da estrutura do Ensino Médio atualmente utilizado no Brasil, com o objetivo de torná-lo mais atualizado, flexível e voltado para as necessidades e interesses dos estudantes.

Contudo, analisa-se o quanto é preocupante, as inquietações dos profissionais reveladas em relação aos quesitos sobre a adaptação, formação continuada, orientações sobre, dentre outros. Fatores que estão deixando docentes e demais profissionais da educação angustiados, sem preparações e materiais didáticos para

lecionar as disciplinas novas: Projeto de Vida, Itinerários Formativos, Tutorias, Eletivas de Base etc. Portanto, o NEM traz muitas dificuldades com sua implementação na educação básica, para os docentes e os profissionais da educação (Santos *et al.*, 2022, p. 8-9).

Por ser a última etapa da educação básica, o ensino médio se diferencia dos demais níveis devido ao caráter preparatório e terminal da educação básica. O Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (ProNem), criado pela Portaria do MEC n. 649/2018 de 10 de julho de 2018, tem como objetivo apoiar as secretarias de educação estaduais e do Distrito Federal na implementação do Novo Ensino Médio (Silva, 2021).

Desde os anos de 1990, o Ensino Médio vem sendo objeto de reformas em vários aspectos, a ênfase recaiu nas dimensões institucional e curricular. No campo da organização curricular, as mudanças atingem a formação clássica e propedêutica (de Paula Silveira; Freira, 2022).

Após um tempo, dentro da educação houve alterações significativas na estrutura do currículo, onde foram promovidas no ensino médio, o que inclui a lei n. 13.415 de 16/02/2017; homologou-se a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino médio e as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) (Beltrão *et al.*, 2020).

Com a aprovação da Lei n°. 9.394/96, conhecida por Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB), significou o marco político-institucional da reforma educacional que reconfigurou a educação escolar em dois níveis: educação básica e superior (de Paula Silveira; Freira, 2022). Essa lei tem causado muita discussão entre diversos profissionais da área da educação, pois introduz mudanças significativas nessa etapa da educação brasileira.

No âmbito da educação básica, a LDB determinou o caráter compulsório e gratuito do ensino dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, compreendidos da pré-escola ao Ensino Médio (de Paula Silveira; Freira, 2022). Além disso, objetivou proporcionar as diretrizes, no qual foi garantido a qualidade de ensino e a formação dos estudantes.

Com o tempo, mudanças complexas foram implementadas, e com isso, Piolli e Sala (2021, p. 2) diz que:

Uma das primeiras medidas do governo de Michel Temer após o golpe institucional foi impor, via medida provisória (MP 746/2016), uma ampla Reforma do Ensino Médio nacional. Essa reforma, depois convertida em lei

em fevereiro de 2017 (Lei 13.415/2017), mudou significativamente a estrutura do Ensino Médio no país, alterando vários artigos da Lei 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Essa nova lei foi sancionada no ano de 2017, entrando em vigor a partir de 2018. Foi promovido mudanças no qual permite a flexibilidade adequada às necessidades dos estudantes. Além disso, foi alterada a ampliação de carga horária; mudanças na estrutura curricular; alteração nas regras para formação de docentes; mudanças na oferta de educação profissional e técnica; incentivos à oferta de educação em tempo integral, dentre outras (Lotta *et al.*, 2020). Porém, a visão que se tem desses movimentos na legislação vai além de apenas um currículo flexível, pois, abriram brechas para o fortalecimento de uma desigualdade já existente, a serviço da mercantilização da educação (Silva; Zacariotti, 2020).

Em outras palavras, uma das principais alterações da LDB promovida pela Lei 13.415/2017 foi a que estabeleceu a divisão do Ensino Médio em duas partes: uma referente à formação geral básica regida pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e outra aos chamados “itinerários formativos” (Piolli; Sala, 2021).

A BNCC e a nova reforma do Ensino Médio estão relacionadas, pois as competências e habilidades definidas na BNCC são a base para o desenvolvimento dos itinerários formativos propostos pela reforma do Ensino Médio. Ressalta-se, que tanto os agentes públicos, quanto os privados envolvidos no funcionamento da base nacional, entendem que o currículo é uma ferramenta básica da formação humana, que determina um projeto de sociedade.

Cabe ressaltar que a BNCC (Brasil, 1996) define os “direitos e objetivos de aprendizagem do Ensino Médio”, é dividida em quatro áreas do conhecimento: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas. Os chamados itinerários formativos são percursos formativos que os estudantes podem escolher para complementar a formação geral do ensino médio.

Além disso, Branco e Zanatta (2021, p. 64), ressalta sobre as habilidades fornecidas pelas diretrizes da BNCC que visa enfatizar as “habilidades”, as “competências”, os “procedimentos” e a “formação de atitudes”, permite a flexibilidade adaptativa de interesses dos estudantes.

Entre outros, a carga horária foi uma das modificações realizada, pois a Lei também reduz a quantidade de horas das disciplinas atualmente ministradas, uma vez

que a carga horária destinada ao cumprimento da Base Nacional Comum Curricular não poderia ser superior a mil e oitocentas horas do total da carga horária do ensino médio (Brasil, 2017). A carga horária dos itinerários formativos varia de acordo com a escolha dos estudantes, podendo ser mais ou menos extensa. A ideia é que os estudantes possam construir sua própria trajetória de aprendizagem, escolhendo as áreas que mais lhes interessam e ampliando seus horizontes de acordo com suas necessidades e objetivos.

As provisões formais da reforma do ensino médio do estado são apenas meios pelos quais os proponentes de políticas educacionais tentam interferir na prática escolar. Os processos de reforma, invariavelmente, geram importantes implicações sobre a organização escolar, sobre as práticas de ensino e sobre a formação docente (Branco; Zanatta, 2021).

Esta é somente mais uma reprodução da estrutura social capitalista e estende a noção de passividade na participação dos jovens e adolescentes a seguirem programas/práticas e políticas que foram tomadas de fora da realidade, que vieram pré-estabelecidas, engessando sua liberdade no discurso da cidadania (de Paula Silveira; Freire, 2022).

Uma questão de relevante importância é a desigualdade educacional no Brasil, embora a nova reforma tenha como objetivo tornar o ensino médio mais adequado às necessidades dos estudantes, a realidade é que muitas escolas, especialmente as públicas, enfrentam dificuldades estruturais e de recursos para garantir uma formação de qualidade para todos os estudantes.

2.3 Novo ensino médio e os desafios no Tocantins

A secretaria de Educação do Estado do Tocantins – SEDUC, iniciou a implementação do Novo Ensino Médio (NEM) no ano de 2019 em 56 escolas do Estado denominadas de Escola-Piloto, cumprindo o que rege a Lei da Reforma do Novo Ensino Médio 13.450/2017 que altera a Lei da Diretriz da Educação Básica - LDB nº 9.394/1996 (Tocantins, 2022). O início da implementação do novo ensino médio no estado do Tocantins ocorreu após reuniões e encontros de servidores da educação para a estruturação de normativas em prol a essa reforma na educação e formações continuadas visando o futuro da prática do NEM.

A reforma do ensino médio no Tocantins estreou com a homologação da BNCC. A partir dessa norma curricular, a Seduc-TO delineou o Documento Curricular do Território – DCT-TO e dos Itinerários Formativos, etapa Ensino Médio, atentando-se a identidade cultural e as particularidades educacionais para as populações urbanas, povos indígenas e comunidades quilombolas assegurando-as na perspectiva de inserção na educação humana e integral diante das escutas e escolhas dos estudantes (Tocantins, 2022, p. 8).

Dentre as alterações, a inclusão de uma parte flexível conhecida como Itinerário Formativo é destacada, na qual significa que, além da Formação Geral Básica constituída por componentes curriculares, o currículo atual oferece as unidades curriculares que compõem o Itinerário Formativo constituído por projeto de vida, eletivas, trilha de aprofundamento e educação técnica e profissional.

2.3.1 Documento Orientador Ensino Médio do Tocantins: Itinerários formativos e sua implementação na rede estadual

A implementação do Novo Ensino Médio no estado do Tocantins está alinhada com as normas e diretrizes estabelecidas pela legislação nacional, em especial a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que promove alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Também são essenciais para esse processo os documentos que orientam as diretrizes curriculares do Ensino Médio, como a Resolução/MEC nº 3, de 21 de novembro de 2018, que revisa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), a Portaria MEC nº 1.432/2018, que estabelece os Referenciais Curriculares para os Itinerários Formativos, e o Guia Prático dos Temas Contemporâneos Transversais, além da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2018. Também deve ser considerada a adaptação local do currículo, estabelecida no Documento Curricular para o Território do Tocantins – Etapa Ensino Médio (Tocantins, 2022a).

De acordo com a BNCC, o currículo do Ensino Médio deve garantir, por um lado, uma formação geral básica que abrange as quatro grandes áreas do conhecimento e, por outro, uma parte flexível, chamada Itinerários Formativos, que permite aos estudantes aprofundarem seus estudos em áreas do conhecimento de seu interesse ou em cursos de Educação Profissional Técnica (EPT). Esta flexibilidade

curricular tem como objetivo principal aumentar o engajamento dos alunos, motivando-os a permanecer na escola e, assim, reduzir os índices de evasão escolar e melhorar o desempenho acadêmico, que são desafios persistentes no contexto da educação brasileira.

Nesse contexto, o Documento Curricular do Tocantins (DCT-TO, 2022), elaborado com base na BNCC, foi desenvolvido de forma colaborativa e democrática. Ele foi homologado por meio da Resolução CEE/TO nº 108, de 21 de junho de 2022, e visa nortear a implementação do currículo no estado. Este documento estabelece as diretrizes para a concepção teórica e prática do currículo, além de orientar a avaliação da aprendizagem, com o intuito de alinhar as práticas pedagógicas às especificidades regionais e às necessidades dos estudantes (Tocantins, 2022a).

O novo currículo do Ensino Médio no Tocantins segue os princípios previstos pela legislação nacional, tanto para a Formação Geral Básica, que compõe a parte obrigatória do currículo, quanto para os Itinerários Formativos, que constituem a parte flexível, permitindo ao aluno a escolha entre diversas possibilidades oferecidas pelo DCT-TO. A Secretaria da Educação (Seduc) entende que, especialmente nas Unidades Curriculares Projeto de Vida e Eletivas, os Itinerários Formativos podem contribuir de maneira significativa para o Programa Recomeçar, incluindo o desenvolvimento de habilidades e descritores críticos nos planos de aula.

Em 2022, a Secretaria da Educação do Estado do Tocantins divulgou um relatório sobre o processo de implementação do Novo Ensino Médio, destacando que, em 2019, a reforma curricular foi iniciada com a implantação do modelo em 56 escolas-piloto. A partir de 2022, o processo foi expandido de forma gradual para as demais escolas da rede estadual, com a implementação progressiva da nova estrutura curricular. Neste ano, as turmas da 1ª série do Ensino Médio começaram a integrar os Itinerários Formativos, incluindo as Unidades Curriculares de Projeto de Vida e Eletivas. Nos anos seguintes, as Trilhas de Aprofundamento foram progressivamente introduzidas, iniciando-se com a 2ª série em 2023 e alcançando, até 2024, a totalidade dos três anos do Ensino Médio em toda a rede estadual (Tocantins, 2022 b).

Além dessas mudanças curriculares, a Secretaria da Educação também investiu na reestruturação de sua plataforma online, disponibilizando uma série de recursos didático-pedagógicos no site institucional. Foram criadas plataformas de aprendizagem digital voltadas tanto para alunos quanto para professores, com a oferta de vídeo aulas no canal do YouTube, apostilas organizadas por áreas do

conhecimento, materiais didáticos impressos e digitais, guias de aprendizagem, roteiros de estudo, simulados e plantões tira-dúvidas. Também foram realizadas transmissões ao vivo e lives com conteúdos pedagógicos. Em paralelo, a Seduc promoveu dois seminários importantes focados na formação continuada dos professores, especialmente no contexto da pandemia. Em 2022, todas as 323 escolas da rede estadual estavam adaptadas para oferecer a nova estrutura curricular do Novo Ensino Médio (Tocantins, 2022 b).

3 METODOLOGIA

Tratou-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de estudo descritivo e exploratório, que utilizou de levantamento bibliográfico e documental, com intuito de fundamentar as análises elaboradas com base nos objetivos propostos.

Segundo Pereira (2010, p. 71), a pesquisa qualitativa parte do entendimento de que existe uma “relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”.

Ademais, o aspecto exploratório visa um estudo com objetivo de “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. Enquanto o fator descritivo, possui a finalidade de “descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (Gil, 2002, p. 41-42).

A presente pesquisa foi realizada no Colégio Atanázio de Moura Seixas, na qual atua nas seguintes etapas e modalidades de ensino: Fundamental de 6º ao 9º ano, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA) 2º seguimento. De acordo com o Projeto Político Pedagógico, o colégio possui quatro turmas do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, uma turma da EJA 2º segmento, uma turma de cada ano do ensino médio (1º, 2º e 3º ano). O colégio conta com dez professores distribuídos nas turmas citadas. Em 2022, as turmas de 1º e 2º série do ensino médio possuíam quatorze discentes por turma, enquanto a 3º série tinha vinte estudantes.

Os participantes da pesquisa foram os discentes das turmas do ensino médio. O recorte histórico que foi observado, levou em consideração projetos e ações realizadas pelo colégio durante o segundo semestre do ano de 2022, período em que a escola implantou o novo ensino médio com base nas orientações da Secretaria Estadual de Educação do Tocantins (Tocantins, 2022).

Com intuito de entender as modificações a nível de gestão educacional da escola, foi realizada uma investigação das leis e normativas que regulamentam o processo. Para conhecer a percepção dos estudantes, foi aplicado um questionário semi-estruturado, contendo perguntas objetivas e subjetivas, por meio do *google forms* diretamente nos grupos das turmas do ensino médio, no formulário constava o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, aos responsáveis pelos adolescentes, a assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE).

Como critério de inclusão, participaram da investigação os estudantes que atuaram no segundo semestre do ano de 2022 que aceitaram participar por meio da assinatura do TCLE ou TALE. Como critério de exclusão: não participaram da pesquisa os professores e alunos, que não atuaram no segundo semestre do ano de 2022 e que não aceitaram participar da pesquisa.

Com base nos dados obtidos por meio dos questionários e documentos, foi realizado, em primeiro momento, uma classificação e tabulação, com objetivo de reduzir possíveis desvios e erros. Com base nos estudos de Bardin (2009), as respostas subjetivas dos participantes foram categorizadas e apresentadas via gráficos e tabelas e analisados à luz dos autores apresentados na revisão bibliográfica e entendimento subjetivo do pesquisador, com intuito responder os objetivos deste trabalho.

Em relação às perguntas fechadas de múltipla escolha, foram atribuídos valores, realizando cálculo de média e desvio padrão, a partir disso, foi realizada a análise deles com base nos objetivos da pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No estudo, a amostra foi composta por 16 estudantes, dos quais 75% (12 estudantes) são do sexo feminino, enquanto 25% (4 estudantes) são do sexo masculino. Em relação à faixa etária, 40% dos participantes (6 estudantes) têm 16 anos, configurando a maior parte do grupo. A faixa etária de 17 anos corresponde a 33,3% (5 estudantes), seguida pela de 18 anos, com 13,3% (2 estudantes), de 15 anos (1 estudante) e 19 anos (1 estudante), ambas com 6,7%.

Analisando a série escolar, observa-se que a maioria dos participantes, representando 56,3% (9 estudantes), está cursando o 2º ano. Em seguida, 31,3% (5 estudantes) estão no 3º ano, enquanto 12,5% (2 estudantes) estão no 1º ano (Tabela 1).

A respeito da faixa etária dos estudantes, a idade de 17 anos, que representa a maioria dos estudantes, é considerada apropriada para a conclusão do ensino médio regular, pois segundo a Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a educação básica é obrigatória e gratuita para crianças e jovens entre os 4 e os 17 anos de idade. Este fato demonstra que boa parte dos estudantes segue o fluxo escolar esperado, contudo, 20% (3 estudantes) dos estudantes tem entre 18 e 19 anos, indicando um descompasso no percurso escolar de alguns alunos, devido a vários fatores.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020) aponta que a interrupção dos estudos entre jovens brasileiros está fortemente relacionada a questões socioeconômicas, culturais e pessoais. A necessidade de trabalhar, por exemplo, é um reflexo das condições econômicas de muitas famílias, que dependem da contribuição financeira dos jovens para sua subsistência, além de dificuldades de aprendizagem não diagnosticadas ou pouco assistidas. Outro fator é a gravidez precoce, que muitas vezes exige das jovens mães uma dedicação integral aos cuidados do bebê, dificultando a conciliação com os estudos.

Tabela 1 – Dados sociodemográficos dos estudantes participantes.

Variáveis	Frequência Absoluta (n)	Frequência relativa (%)
Sexo		
Feminino	12	75%
Masculino	4	25%
Faixa Etária		
15 anos	1	6,7%

16 anos	6	40%
17 anos	5	33,3%
18 anos	2	13,3%
19 anos	1	6,7%
Série		
1º ano	2	12,5%
2º ano	9	56,3%
3º ano	5	31,3%

Fonte: A pesquisa (2024).

A pesquisa revelou diferentes níveis de conhecimento dos participantes sobre a reforma do Ensino Médio e suas implicações. Quando questionados se conheciam a reforma e as mudanças na educação brasileira, 50% (8 estudantes) afirmaram ter pouco conhecimento, enquanto 37,5% (6 estudantes) declararam conhecer, mas sem aprofundamento. Apenas 12,5% (2 estudantes) admitiram não ter conhecimento sobre o tema.

Quanto aos “Itinerários Formativos” do Novo Ensino Médio, 68,8% (11 estudantes) disseram não conhecer, 18,8% (3 estudantes) afirmaram conhecer pouco, e 6,3% (1 estudante) relataram um conhecimento aprofundado, enquanto outros 6,3% (1 estudante) indicaram ter conhecimento, mas sem aprofundamento (Tabela 2).

Sobre a Unidade Curricular “Trilhas de Aprofundamento” 50% dos participantes (8 estudantes) se mostraram bem-informados, enquanto 31,3% (5 estudantes) disseram ter conhecimento superficial e 18,8% (3 estudantes) relataram ter pouco conhecimento.

Para a Unidade Curricular “Eletivas”, observou-se a mesma distribuição: 50% (8 estudantes) conhecem bem, 31,3% (5 estudantes) têm conhecimento, mas sem aprofundamento, e 18,8% (3 pessoas) conhecem pouco. Esses dados indicam que, embora exista um nível razoável de familiaridade com as “Trilhas de Aprofundamento” e as “Eletivas”, a maior parte dos respondentes possui um conhecimento limitado sobre os “Itinerários Formativos” e a própria Reforma do Ensino Médio, sugerindo possíveis lacunas no entendimento das recentes mudanças educacionais (Tabela 2).

Tabela 2 – Conhecimento dos estudantes participantes a respeito da nova reforma do ensino médio, itinerários formativos, trilhas de aprofundamento e eletivas respectivamente.

Variáveis	Frequência Absoluta (n)	Frequência relativa (%)
-----------	-------------------------	-------------------------

Você conhece sobre Reforma do Ensino Médio e as mudanças que ela proporcionou na educação brasileira?		
Conheço Muito bem	-	-
Conheço pouco	8	50%
Tenho conhecimento, mas nunca me aprofundei	6	37,5%
Não conheço	2	12,5%
Você tem conhecimento do que são os “Itinerários Formativos” no Novo Ensino Médio?		
Conheço Muito bem	1	6,3%
Conheço pouco	3	18,8%
Tenho conhecimento, mas nunca me aprofundei	1	6,3%
Não conheço	11	68,8%
Você tem conhecimento do que é a Unidade Curricular “Trilhas de Aprofundamento”?		
Conheço Muito bem	8	50%
Conheço pouco	3	18,8%
Tenho conhecimento, mas nunca me aprofundei	5	31,3%
Não conheço	-	-
Você tem conhecimento do que é a Unidade Curricular “Eletivas”?		
Conheço Muito bem	8	50%
Conheço pouco	3	18,8 %
Tenho conhecimento, mas nunca me aprofundei	5	31,3%
Não conheço	-	-

Fonte: A pesquisa (2024).

Os dados apresentados na tabela supracitada evidenciam uma lacuna no alcance e na clareza da comunicação sobre as unidades curriculares, que foram introduzidas como parte do Novo Ensino Médio para oferecer escolhas mais personalizadas e alinhadas aos interesses dos estudantes.

Destarte, de acordo com o PPP 2024, o novo currículo do Ensino Médio inclui a oferta de Eletivas, Trilhas de Aprofundamento e Projeto de Vida, conhecidos como “Itinerários Formativos”, que permitem aos estudantes se aprofundarem em temas de sua preferência. Os portfólios com temas por área do conhecimento são apresentados e os alunos votam democraticamente para escolher os temas, as escolhas são feitas semestralmente para as Eletivas e anualmente para as Trilhas do Aprofundamento.

Segundo a Secretaria de Educação do Estado do Tocantins (SEDUC), a principal alteração no currículo foi à inclusão da parte flexível conhecida como Itinerário Formativo, ou seja, além da Formação Geral Básica constituída por componente

curricular (disciplinas curriculares): o currículo oferece as Unidades Curriculares que compõem o Itinerário Formativo: Projeto de vida, Eletivas, Trilha de Aprofundamento e Educação Técnica e Profissional (Tocantins, 2019).

As dificuldades enfrentadas no processo de implementação das unidades curriculares podem estar ligadas a problemas históricos e estruturais da educação brasileira:

As deficiências na oferta do Ensino Médio brasileiro são históricas e inegáveis. Não obstante, o projeto em execução pretende chegar a uma solução desconsiderando os condicionantes dessas deficiências, que vão do sucateamento de um grande contingente de escolas públicas e da precariedade da formação e valorização dos professores que nelas atuam, à desigualdade social, econômica e cultural dos alunos (Schütz; Cossetin, 2019, p. 1).

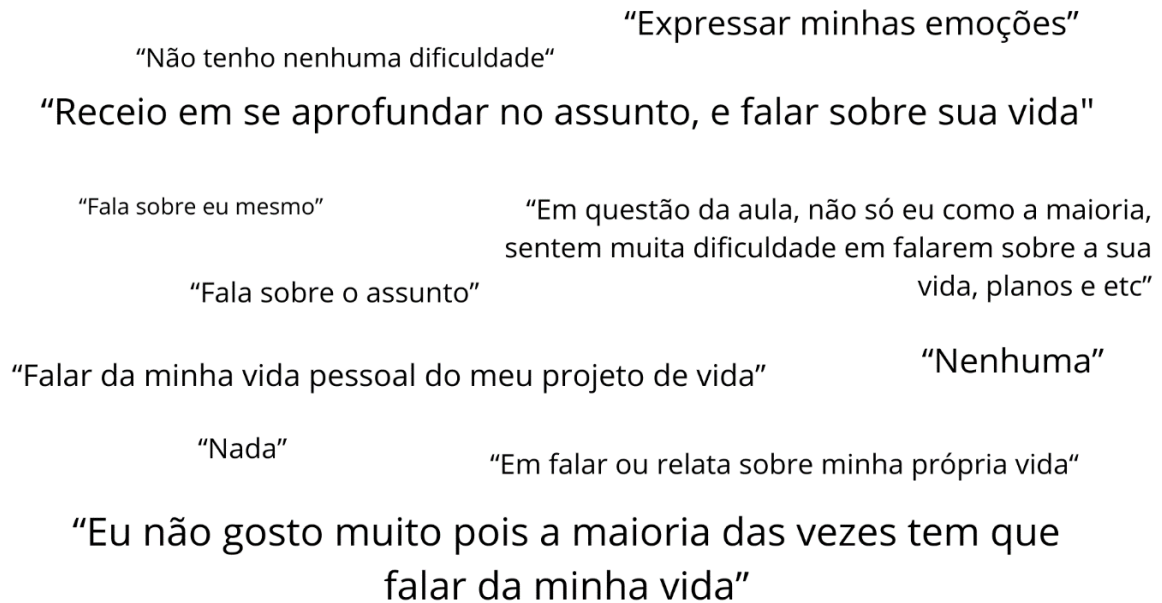
Esse contexto de precariedade estrutural e desigualdade pode limitar a efetividade das mudanças propostas, tornando desafiador o entendimento e a apropriação dos estudantes sobre as novas Unidades Curriculares, fazendo com que estudantes não tenham conhecimentos plenos sobre o funcionamento das unidades.

Muitos estudantes expressaram desconforto em discutir questões relacionadas à sua vida pessoal, sendo frequentes as respostas que mencionam a dificuldade em “falar sobre minha vida” ou “expressar minhas emoções”. Esse receio de se aprofundar em temas pessoais parece ser um ponto central das dificuldades enfrentadas, conforme observado em respostas como “eu não gosto muito, pois a maioria das vezes tem que falar da minha vida” e “sinto muita dificuldade em falar sobre a minha vida, planos e etc” (Figura 1).

Ao mesmo tempo, há um grupo que se sente confortável com a proposta e afirma “não ter dificuldades” ou que consegue “falar sobre o assunto”, indicando que, embora existam barreiras emocionais para alguns estudantes, outros estão mais abertos a participar das atividades e refletir sobre suas trajetórias e metas (Figura 1).

Colissi *et al.*, (2022) relatam que os jovens tendem a esconder suas tristezas e anseios, pois muitos temem que seus planos não aconteçam como esperado, o que, para eles, poderia demonstrar fraqueza e vulnerabilidade. Segundo um dos entrevistados é mais fácil “esconder estes sentimentos para as pessoas não verem que estou assim e ver (sic) que sou forte” (Colissi *et al.*, 2022, p. 175).

Figura 1 – Respostas a pergunta “Sobre a Unidade Curricular Projeto de Vida, quais as maiores dificuldades que você enfrenta em sala de aula?”.



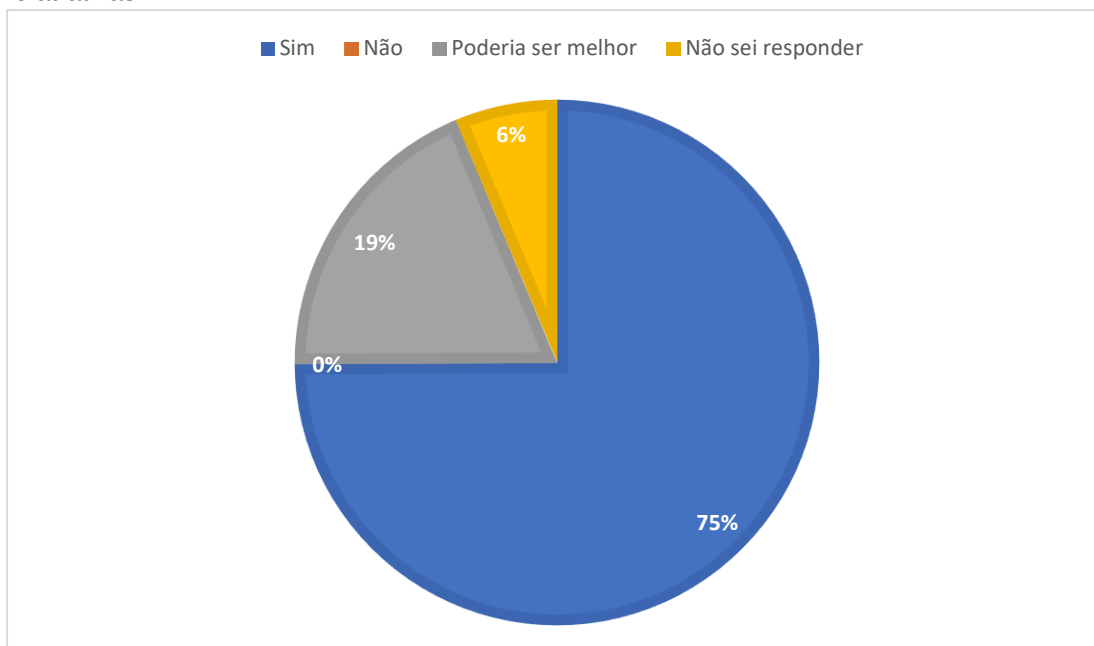
Fonte: A pesquisa (2024).

Parte significativa dos estudantes 75% (12 estudantes) considera as aulas interessantes e atrativas, 19% (3 estudantes) dos respondentes acreditam que as aulas “poderiam ser melhores”, e 6% (1 estudante) não soube responder (Gráfico 1).

Segundo Hinckel e Teixeira (2019, p. 13) dependendo da metodologia utilizada o estudante demonstra “[...] grande interesse pelas aulas onde as habilidades desses jovens não fiquem represadas, dando possibilidades de mostrar todas as suas capacidades e de desenvolver as atividades em aula”.

Pois, segundo a SEDUC-TO, o objetivo do novo Ensino Médio é “[...] oportunizar ao estudante o protagonismo, a vivência de situações de aprendizagem, experiências que reflitam seus interesses, desenvolvimento integral e ainda valorizar a criatividade do professor” (Tocantins, 2019).

Gráfico 1 - Você considera que os professores trabalham as aulas de forma que as torne interessantes e atrativas?



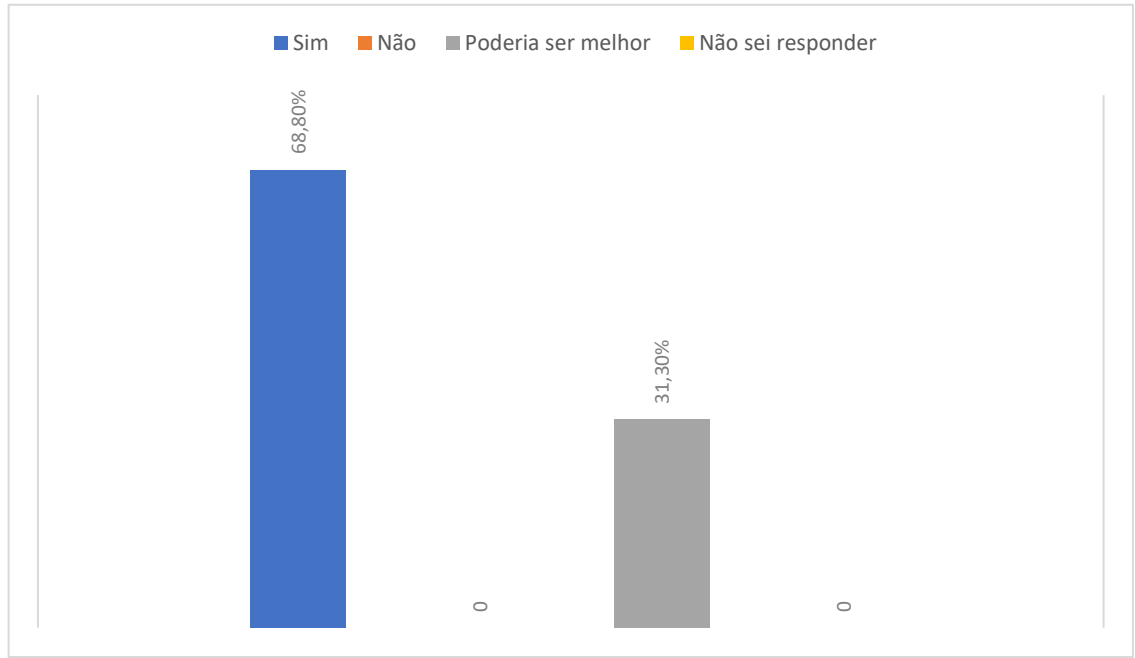
Fonte: A pesquisa (2024).

Mais da metade dos estudantes, 68,8% (11 estudantes) afirmou que a escola consegue trabalhar com qualidade as eletivas, trilhas de aprofundamento e projeto de vida, entretanto, 31,3% (5 estudantes) relataram que poderia ser melhor (Gráfico 2).

Isso revela que, embora haja um reconhecimento positivo da qualidade, há também uma parcela significativa que vê oportunidades de melhoria, reforçando a importância de ajustes contínuos para que as Unidades Curriculares atendam de forma mais ampla às necessidades e expectativas dos estudantes.

Fargoni *et al.*, (2024) destaca que mesmo com a existência de pontos positivos que poderiam ser adaptados no novo ensino médio, este ainda prioriza a preparação dos estudantes para testes padronizados, como o Pisa e o Ideb, em vez de focar em uma formação integral e crítica. Isso é visível na ênfase excessiva nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, enquanto as demais áreas do conhecimento ficam em segundo plano. Essa abordagem pode estar na raiz do sentimento, entre alguns alunos, de que a escola ainda não atingiu o potencial pleno dessas novas Unidades Curriculares, reforçando a necessidade de ajustes para garantir uma educação que valorize todas as áreas do saber e atenda de forma mais abrangente às necessidades e expectativas dos estudantes.

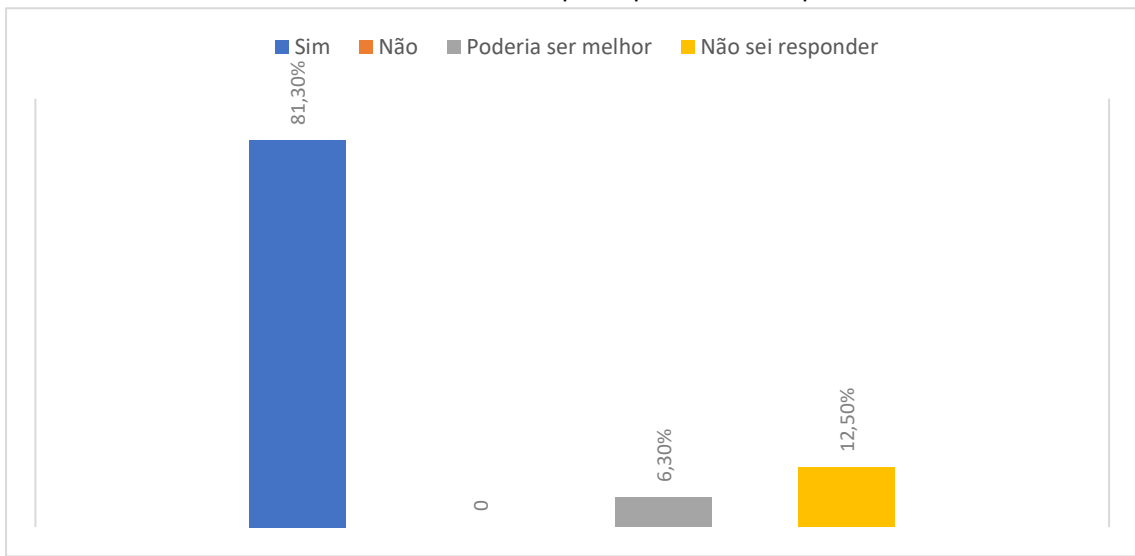
Gráfico 2 - No seu ponto de vista, a escola consegue trabalhar com qualidade as Unidades Curriculares: Eletivas, Trilhas de Aprofundamento e Projeto de Vida?.



Fonte: A pesquisa (2024).

A maioria dos estudantes, 81,3% (13 estudantes) afirma que a direção e coordenação pedagógica da escola apoia o desenvolvimento das atividades desenvolvidas pelos docentes, 6,3% (1 estudantes) responderam que poderia ser melhor, e 12,5% (2 estudantes) não soube responder (Gráfico 3).

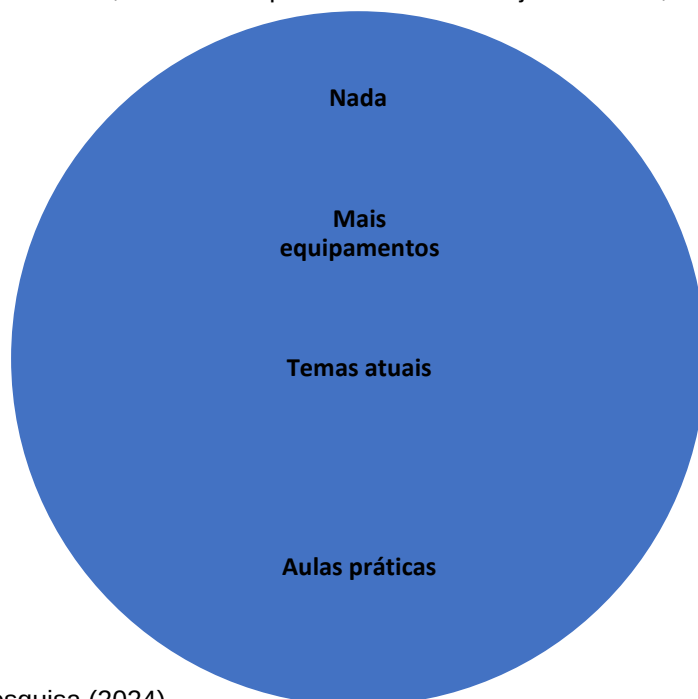
Gráfico 3 - No seu ponto de vista, o Diretor e Coordenadores Pedagógicos da escola apoiam no desenvolvimento das atividades desenvolvidas pelos professores e professoras?



Fonte: A pesquisa (2024).

A respeito das sugestões dos estudantes para melhorar a forma de trabalhar as unidades curriculares, alguns relataram que não precisaria mudar nada, e os demais citaram mais equipamentos, aulas práticas, aulas ao ar livre e utilização de temas atuais para prender a atenção dos estudantes (Figura 2).

Figura 2 – Se pudesse sugerir ou propor para a escola a melhor forma de trabalhar as Unidades Curriculares: Eletivas, Trilhas de Aprofundamento e Projeto de Vida, o que diria?



Fonte: A pesquisa (2024).

A respeito das aulas práticas, estas contribuem para o desenvolvimento de conceitos científicos e permitem que os estudantes aprendam a analisar o mundo de forma objetiva, além de desenvolverem soluções para problemas complexos. Essas atividades práticas também funcionam como uma estratégia que auxilia o professor a revisitar temas abordados, proporcionando aos alunos uma nova perspectiva sobre o mesmo conteúdo (Leite; Silva; Vaz, 2005).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta do Novo Ensino Médio visou transformar a qualidade da educação no Brasil, aproximando o ensino das necessidades e expectativas dos jovens e promovendo um aprendizado mais conectado com a realidade atual. A reforma buscou fomentar a autonomia dos estudantes na construção de seus percursos formativos, auxiliá-los no desenvolvimento de projetos de vida e prepará-los melhor para os desafios do mercado de trabalho e da vida em sociedade. Para isso, o Novo Ensino Médio organiza-se em Formação Geral Básica e Itinerários Formativos, com foco em um currículo diversificado e flexível.

No entanto, os resultados da pesquisa revelam que, apesar do avanço teórico da proposta, ainda há lacunas significativas na compreensão e execução prática das mudanças. A análise mostra que, embora a maioria dos estudantes esteja razoavelmente familiarizada com algumas das novas unidades curriculares, como as "Trilhas de Aprofundamento" e "Eletivas", muitos têm conhecimento limitado sobre os "Itinerários Formativos" e a reforma como um todo. Este dado sugere uma defasagem no acesso à informação e na clareza da implementação da reforma, apontando para a necessidade de uma maior integração entre a proposta e a sua prática escolar.

Ademais, a ideia de permitir que os alunos escolham caminhos formativos de acordo com seus interesses e objetivos é um avanço teórico importante, mas na prática muitos estudantes encontram dificuldades para efetivamente explorar áreas de seu interesse, seja pela falta de opções adequadas, seja pela inadequação entre a oferta e as aspirações dos alunos. Tal cenário revela um descompasso entre a proposta original do Novo Ensino Médio e sua execução, o que pode contribuir para a percepção de que as mudanças estão sendo implementadas de forma confusa e, por vezes, até desmotivadora.

Outro ponto a ser ressaltado é a ausência de uma análise comparativa entre as mudanças no Projeto Político Pedagógico (PPP) do colégio antes e depois da reforma. A percepção dos professores, que são mediadores fundamentais desse processo, também não foi plenamente investigada, o que limita a compreensão do impacto da reforma sobre a prática docente e sobre a gestão escolar. Essas ausências evidenciam a importância de um estudo contínuo para monitorar a implementação do Novo Ensino Médio, compreender as dificuldades encontradas pelas escolas e alunos e, sobretudo, ajustar a reforma conforme os resultados práticos.

Em suma, o estudo revela que o Novo Ensino Médio, apesar de suas promissões, enfrenta desafios significativos na sua implementação. Esses desafios indicam a necessidade de esforços adicionais para capacitar docentes, ampliar a comunicação com estudantes e pais e garantir uma infraestrutura que permita a real oferta de opções formativas. O sucesso da reforma depende, em grande medida, de um processo de adaptação mais participativo, que leve em conta as necessidades de cada comunidade escolar, assegurando que o Novo Ensino Médio seja uma ferramenta eficaz de transformação educacional.

REFERÊNCIAS

BARDIN. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições, 2009.

ARROYO, M. G. A educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. Por uma educação do campo. **Petrópolis: Vozes**, 2011.

AZEVEDO, G. F. A. M. As Reformas Educacionais dos Anos 90 e Os Impactos Na Gestão Da Educação Brasileira: Concepções E Princípios. **REVES - Revista Relações Sociais**, v. 3, n. 5, 2018.

BELTRÃO, J. A.; TEIXEIRA, D. R.; TAFFAREL, C. N. Z. A educação física no novo ensino médio: implicações e tendências promovidas pela reforma e pela BNCC. **Práxis Educacional**, v. 16, n. 43, p. 656-680, 2020.

BRANCO, E. P.; ZANATTA, S. C. BNCC e Reforma do Ensino Médio: implicações no ensino de Ciências e na formação do professor. **Revista Insignare Scientia-RIS**, v. 4, n. 3, p. 58-77.

BRASIL. BNCC, Instituição da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, Conselho Nacional de Educação. **Portaria nº 1.348. 2021**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=103561-pcp015-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 12 fev. 2023.

BRASIL. **Lei N.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis N.ºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho -CLT, aprovada pelo Decreto-Lei N.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei N.º 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei N.º 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm. Acesso em: 21 abr. 2023.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. 1996.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular. **Educação é Base –Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica (CEB). **Resolução CNE/CEB n. 3, de 21 de novembro de 2018: Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Diário Oficial da União, Brasília, p. 21-24, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução N.º 510, de 07 de abril d 2016**. 2016. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2023.

CALDART, R. S. A escola do campo em movimento. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2011.

COLISSI, Júlia et al. As emoções na adolescência: o que tem atrás da máscara?. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, v. 19, n. 41, p. 167-178, 2022.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP n. 2/2017, de 22 de dezembro de 2017**. 2017.

DE PAULA SILVEIRA, E.; FREIRE, J. C. S. Projeto de vida e protagonismo juvenil como componente curricular do ensino médio do estado do Tocantins: limites e possibilidades. **Humanidades & Inovação**, v. 9, n. 22, p. 66-81, 2022. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/4335> Acesso: 27 abr. 2023.

FARGONI, E. H. E. et al. O “novo” Ensino Médio sob a lógica do mercado. **Revista Ponto de Vista**, v. 13, n. 2, p. 01-17, 2024.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez. 2005.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS. Secretaria da Educação. **Ensino Medio**. 2019. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seduc/ensino-medio/1mfhijwi0bn5>. Acesso em: 26 out. 2024.

GIL, A. C. **1946 - Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HINCKEL, M. **RECURSOS DIDÁTICOS TECNOLÓGICO NA EDUCAÇÃO BÁSICA**. 35 f. Artigo (Pós Graduação) - Instituto Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRA DE ESTATISTICA E GEOGRAFIA. IBGE. **Necessidade de trabalhar e desinteresse são principais motivos para abandono escolar**. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28286-necessidade-de-trabalhar-e-desinteresse-sao-principais-motivos-para-abandono-escolar>. Acesso em: 5 nov. 2024.

LOTTA, G. S., et al. Efeito de mudanças no contexto de implementação de uma política multinível: análise do caso da Reforma do Ensino Médio no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 55, p. 395-413. 2021.

LEITE, A. C. S.; SILVA, P. A. B.; VAZ, A. C. R. A importância das aulas práticas para alunos jovens e adultos: uma abordagem investigativa sobre a percepção dos alunos do PROEF II. **Ensaio pesquisa em educação em ciências (belo horizonte)**, v. 7, n. 03, p. 166-181, 2005.

NASCIMENTO, M. N. M. ENSINO MÉDIO NO BRASIL: DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS. **Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas**, v. 15, n. 1, 2009.

NEVES, L. M. W. As reformas da educação escolar brasileira e a formação de um intelectual urbano de novo tipo. In: **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, v. 27, 2004, Caxambu. Anais... Caxambu, MG: ANPED, 2004.

PEREIRA, J. M. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PIFFERO, E. L. F, et al. Metodologias Ativas e o ensino de Biologia: desafios e possibilidades no novo Ensino Médio. **Ensino & Pesquisa**, v. 18, n. 2, 2020.

PIOLLI, E.; SALA, M. A reforma do ensino médio e a educação profissional: da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e para a Educação Profissional. **Revista Exitus**, v. 11, n. 6, 2021.

SEGATTO, C.; ABRUCIO, F. A cooperação em uma federação heterogênea: o regime de colaboração na educação em seis estados brasileiros. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 65, p. 411-429, 2016.

SANTOS, A. S.; SILVA, E. F.; MILAN, D. O Novo Ensino Médio: das dificuldades do projeto à sua implementação (2017-2022). **Olhar de Professor**, v. 25, p. 1–18, 2022.

SILVA, F. P. **O processo de implementação do programa novo ensino médio em consonância com a BNCC nas escolas pilotos da regional de Tocantinópolis - TO**. 2021. 21 f. Artigo (Especialização) Fundação Universidade Federal do Tocantins, Curso Especialização em Gestão e Organização do Trabalho Escolar, Campus de Tocantinópolis-TO.

SILVA, R. D. C. C.; ZACARIOTTI, M. Percepções das juventudes do ensino médio sobre a escola de tempo integral no Tocantins. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 12, p. 241-260, 2020.

SÜSSEKIND, Maria Luiza. A BNCC e o “novo” Ensino Médio: reformas arrogantes, indolentes e malévolas. **Retratos da escola**, v. 13, n. 25, p. 91-107, 2019.

SCHÜTZ, Jenerton Arlan; COSSETIN, Vânia Lisa Fischer. Orfandade instituída e legalmente amparada: reflexões críticas sobre o “novo” Ensino Médio brasileiro. **Educação Unisinos**, v. 23, n. 2, p. 209-225, 2019.

TOCANTINS (a). Secretaria da Educação do Estado do Tocantins. **Orientações pedagógicas para o currículo do novo ensino médio durante o 2º semestre de 2022**. 2022.

TOCANTINS (b). Secretaria da Educação do Estado do Tocantins. **Relatório de implementação do novo ensino médio no estado do tocantins**. 2022.

TOCANTINS. **Secretaria Estadual de Educação. Ensino Médio**. 2022. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seduc/ensino-medio/1mfhijwi0bn5>. Acesso em: 24 abr. 2023.

TOSTA, K. S; NEY, M. G.; DA SILVA, R. M. Reforma do Estado e políticas de avaliação da qualidade da Educação Básica no Brasil. **Educação**, v. 45, n. 10, p. 1-22, 2020.

APÊNDICE A — QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ESTUDANTES

Sexo: () Feminino () Masculino

Turma: _____

Idade: _____

1) Qual série/ano cursa no Ensino Médio?

() 1º Ano

() 2º Ano

() 3º Ano

2) Você conhece sobre Reforma do Ensino Médio e as mudanças que ela proporcionou na educação brasileira?

() Conheço muito bem

() Conheço pouco

() Tenho conhecimento, mas nunca me aprofundi

() Não conheço

3) Você tem conhecimento do que são os “**Itinerários Formativos**” no Novo Ensino Médio?

() Conheço muito bem

() Conheço pouco

() Tenho conhecimento, mas nunca me aprofundi

() Não conheço

4) Sobre a Unidade Curricular “**Projeto de Vida**”, quais as maiores dificuldades que você enfrenta em sala de aula?

5) Você tem conhecimento do que é a Unidade Curricular “**Trilhas de Aprofundamento**”?

() Conheço muito bem

() Conheço pouco

() Tenho conhecimento, mas nunca me apropriei

() Não conheço

6) Você tem conhecimento do que é a Unidade Curricular “**Eletivas**”?

() Conheço muito bem

() Conheço pouco

() Tenho conhecimento, mas nunca me apropriei

() Não conheço

7) Se pudesse escolher entre **Eletivas**, **Trilhas de Aprofundamento** e **Projeto de Vida**, qual mais se identifica, explique os motivos da escolha?

9) Você considera que os professores trabalham as aulas de forma que as torne interessantes e atrativas?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Poderia ser melhor
- ☐ Não sei responder

10) No seu ponto de vista, a escola consegue trabalhar com qualidade as Unidades Curriculares: **Eletivas, Trilhas de Aprofundamento e Projeto de Vida?**

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Poderia ser melhor
- ☐ Não sei responder

11) Se pudesse sugerir ou propor para a escola a melhor forma de trabalhar as Unidades Curriculares: **Eletivas, Trilhas de Aprofundamento e Projeto de Vida**, o que diria?

12) No seu ponto de vista, o Diretor e Coordenadores Pedagógicos da escola apoiam no desenvolvimento das atividades desenvolvidas pelos professores e professoras?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Poderia ser melhor
- ☐ Não sei responder

APÊNDICE B — TALE E TCLE

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (ESTUDANTE MENOR IDADE)

Nós, Prof. Me. Jorlan Lima Oliveira e Luana Karen Ramos Ferreira, acadêmica do curso de Ciências Biológicas, convidamos você a participar do estudo cujo objetivo é realizar uma **Análise do Processo de Implementação do Novo Ensino Médio no Colégio Estadual Atanázio de Moura Seixas, localizado na zona rural do município de Araguatins, Estado do Tocantins.**

Pretendemos saber qual a sua opinião a respeito do processo de implementação do Novo Ensino Médio que se iniciou no ano passado na escola. Gostaríamos muito de contar com você, mas você não é obrigado a participar e não tem problema em desistir.

A pesquisa será realizada via Google Forms e esses dados serão muito importantes para analisarmos a atual situação da escola, permitindo identificar desafios e oportunidades para sua melhoria.

Os participantes não terão nenhuma despesa no decorrer da pesquisa e poderão retirar sua concordância na continuidade a qualquer momento. Não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar aos voluntários pela participação.

Compreenda que sua identidade será mantida em sigilo, sendo utilizada apenas para fins de análise e relatório da pesquisa. Os resultados da pesquisa poderão ser divulgados de forma anônima, preservando sua privacidade.

As suas informações ficarão sob sigilo, ninguém saberá que você está participando da pesquisa; não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa serão publicados no Instituto Federal, Campus Araguatins e será enviada uma cópia para a sua escola, mas sem identificar (dados pessoais) dos participantes. Caso aconteça algo errado, você, seus pais ou responsáveis poderá(ão) nos procurar pelos contatos que estão no final do texto.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO (ESTUDANTE MENOR IDADE)

Eu _____ aceito participar da pesquisa: **Análise do Processo de Implementação do Novo Ensino Médio no Colégio Estadual Atanázio de Moura Seixas, localizado na zona rural do município de Araguatins, Estado do Tocantins.** Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir e que ninguém vai ficar com raiva/chateado comigo. Os pesquisadores esclareceram minhas dúvidas e conversaram com os meus pais/responsável legal. Recebi uma cópia deste termo

de assentimento, li e quero/concordo em participar da pesquisa/estudo.

Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com Jorlan Lima Oliveira, telefone: (63) 99989-2264, e-mail: jorlan.oliveira@ifto.edu.br, orientador responsável pela pesquisa, além da pesquisadora Luana Karen Ramos Ferreira , aluna do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do IFTO-*Campus* Araguatins, email: , luana.ferreira@estudante.ifto.edu.br. Telefone: (63) 9243-6034.

Local e Data: _____

Assinatura do Participante: _____